



**A CASA LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO**  
(1799-1801)  
**Bicentenário**

*"Sem livros  
não há instrução"*



## José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) — Um frade no Universo da Natureza\*

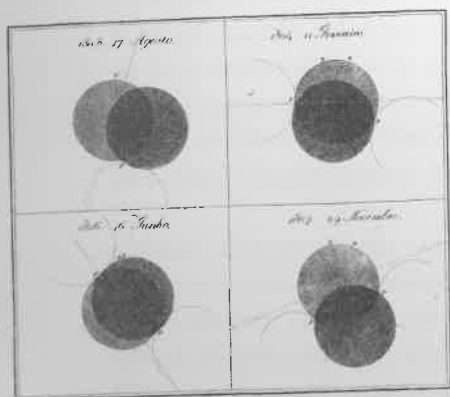
MARIA DE FÁTIMA NUNES  
JOÃO CARLOS BRIGOLA  
Universidade de Évora – CEHFC

A personalidade de Frei José Mariano da Conceição Veloso comungando de traços comuns a tantas outras que se movimentaram no universo da nossa História Natural de setecentos exhibe, contudo, uma singularidade marcada pela pulsão de divulgador de conhecimentos «práticos» e «úteis» num projecto editorial de rara coerência temática.

Questão que se tem colocado com insistência na biografia do frade franciscano é a de aclarar o ambiente intelectual que lhe terá acarinhado a vocação naturalista. Excluída com segurança a hipótese de formação universitária na pombalina Faculdade de Filosofia Natural<sup>1</sup>, a explicação terá que encaminhar-se em duas direcções: para a escala de valores doutrinados nos planos de estudos mendicantes e para a sociabilidade académica, de cariz científica, registada na capitania do Rio de Janeiro na segunda metade de setecentos.

Como naturalista será sempre o botânico autodidacta a quem um dia o poder político libertou dos rigores conventuais e impôs o regresso ao século, destinando-o a recolher espécies exóticas para o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda e a herborizar a flora brasileira<sup>2</sup>. Mas o facto de não ostentar um percurso académico formal e o seu afastamento dos grandes centros europeus de produção teórica haveriam de pesar na avaliação crítica que os botânicos «profissionais» formularam sobre a monumental *Florae Fluminensis* que permaneceria, aliás, inédita até muito depois da sua morte.

É, por isso, significativo que tenha conseguido os favores da elite política materializados no amplo apoio financeiro às propostas de actividade editorial mas que, ao invés, a sua aceitação no meio científico lisboeta tenha ficado marcada pela exclusão da Academia das Ciências de Lisboa e pela censura científica de Brotero à sua obra fitológica.



[Cat. n.º 24]

\* Investigação no âmbito do projecto Praxis, XXI/2/2.1/CSH/768/95, apoiada pelo programa Prodep e levada a efeito ao abrigo de Protocolo entre a BN e o CEHFC/UE.

<sup>1</sup> O seu nome não consta dos *Livros de Matricula* do Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>2</sup> «Fr. Veloso começou a dedicar-se ao estudo da Botânica, ciência para a qual sentia a mais forte inclinação. Não se sabe se teve algum mestre que o iniciasse no estudo das Ciências Naturais, sendo, no entanto, de presumir que tenha sido um completo autodidacta» (Abílio Fernandes, «Quatro cartas inéditas de Brotero para o Conde da Barca», *Revista da Faculdade de Ciências*, vol. xvi, Coimbra, 1947, p. 100)

## 1 — De Minas Gerais ao Rio de Janeiro: os anos de formação e o congreganismo mendicante

Dos primeiros anos de vida de José Veloso Xavier – seu verdadeiro nome de baptismo – pouco se sabe e os dados revelados nem sempre são coincidentes entre os biógrafos, a começar pelo ano de nascimento que alguns teimam em datar de 1741 e outros, a maioria, do ano seguinte. É certo, contudo, ter sido registado pelos pais, José Veloso da Câmara e Rita de Jesus Xavier, na freguesia de Santo António, vila de S. José, comarca do Rio Grande das Mortes, bispado de Mariana<sup>3</sup>. Importa daqui reter um elemento que se revelará rico de significado premonitório para os que atribuem uma condicionante geográfica às raízes do espírito independentista brasileiro – Frei José Mariano da Conceição Veloso nasce na Capitania de Minas Gerais, terra de movimentos culturais «ilustrados» e de «inconfidências» políticas.

Em 1761, então com 19 anos, o jovem «mineiro» decide-se pela carreira eclesiástica vestindo o hábito dos religiosos menores reformados de S. Francisco – os Capuchos – no convento de S. Boaventura de Macucú. Depois de aí professar durante cinco anos, recebe ordens sacras no convento de Santo António do Rio de Janeiro onde estuda filosofia e teologia. Apesar de em 1768 ter sido eleito pregador, não se evidenciaria como orador sacro revelando antes dotes didácticos que haveriam de conduzi-lo, dois anos depois e já com o título de confessor, à docência de geometria no convento de S. Paulo e, de volta ao seu convento fluminense, ao magistério de história natural.

Não poderemos senão conjecturar sobre as influências intelectuais que terão moldado as opções científicas de frei Veloso, mas não parece despropositado associá-las ao novo espírito das reformas dos planos de estudos conventuais cujo paradigma permaneceria o pioneiro *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*, concebido em 1769 pelo provincial Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas<sup>4</sup>.

Embora mantivesse a dominante pedagógica nos tradicionais estudos de teologia e de filosofia racional, e no apelo ao didactismo das autoridades «clássicas», o *Plano* introduzia timidamente os estudos físico-matemáticos e filosófico-naturais, insinuando alguns princípios de geometria, e de ontologia

---

<sup>3</sup> Cf. Manuel Ferreira Lagos, «Elogio historico de Frei J. M. da C. Veloso», *Revista do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*, t. II, 1858, pp. 596-614; e José Saldanha da Gama, «Biographia do botanico brasileiro José Mariano da Conceição Velloso», *ibidem*, t. xxxi, Parte 2.<sup>a</sup>, 1868, pp. 137-305.

<sup>4</sup> Lisboa, Regia Officina Typografica, 1769.

e pneumatologia, matérias em que «o professor há de mostrar aos Discipulos (...) como lhe he encarregado [...] os diversos monumentos do Mundo Fysico, que houver no Museo do Convento, e instruillos com as noções precisas, para que elles no Curso Theologico saibão entender-se na Fysica Sacra». Nas leituras nomeadas para a aula de filosofia natural, Cenáculo recomendava para comentário «algumas cousas da *Historia Natural* de Plinio».

O que importa aqui acentuar é a inserção destes novos saberes, como disciplinas propedêuticas da cultura geral do frade ilustrado, num plano pedagógico que modelou e deu o tom aos demais institutos regulares para reformarem os seus estudos quando, depois de 1772, o marquês de Pombal ordenou a redacção de estatutos «acomodados» aos da Universidade de Coimbra<sup>5</sup>. De todo o modo, doutrinariamente filiados na matriz franciscana, os religiosos capuchos brasileiros comungariam certamente dessa especial sensibilidade para com a Natureza que impregnava o ideário dos frades menores<sup>6</sup>, proporcionando um ambiente conventual que dava sentido e justificação às opções intelectuais do jovem professor: «Das ciências que leccionou com notável sabedoria, nenhuma lhe agradou tanto como a história natural, para que fora nomeado lente em Janeiro de 1786. Naturalista por vocação, por génio, ele achou sempre um inexplicável encanto, estudando a natureza desde os mais verdes anos. As plantas com particularidade o enlevavam; criança ainda, as contemplava cheio de curiosidade, e muitas vezes deixou de ir à aula para embrenhar-se nas matas, esquecido de tudo e só preocupado na análise das flores que encontrava, já querendo devassar todos os segredos da natureza vegetal. De sua cela fizera ele um gabinete de estudos.»<sup>7</sup>

Vista por este prisma, a personalidade de frei Mariano Veloso há que ser associada a outras notáveis figuras eclesiásticas setecenhistas (quase todas provenientes de congregações mendicantes) que desenvolveram actividades científicas e museológicas de carácter naturalista, no Brasil e no Reino: frei

---

<sup>5</sup> Os beneditinos, por exemplo, aprovaram em 1789 um *Plano e Regulamento dos Estudos*, «numa comunidade onde prima o espírito quantitativo [...] o prestígio das ciências exactas e das ciências naturais assume tal relevo que [...] manda ensinar matemática durante dois semestres do curso secundário de filosofia [...] e reserva dois semestres às ciências naturais e à física, ficando apenas dois semestres para a filosofia racional e moral. Ora, a hipervalorização das ciências exactas e naturais, aqui testemunhada, quadra com o espírito científico próprio da ilustração» (Luís A. de Oliveira Ramos, *Para a história do ensino em Portugal. Frei Francisco de S. Luís, professor de matemática*, Sep. da Revista *Bracara Augusta*, t. xxx, Braga, 1976).

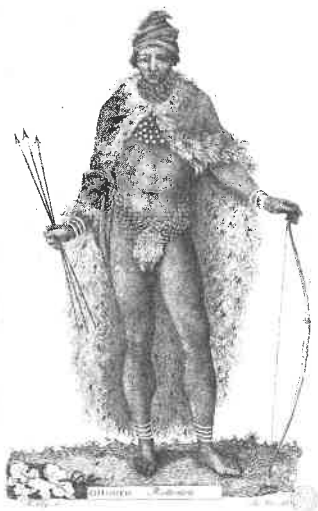
<sup>6</sup> Cf. Francisco da Gama Caeiro, *Fr. Manuel do Cenáculo. Aspectos da sua actuação filosófica*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1959; J. Marcadé, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas évêque de Beja, archevêque d'Evora (1770-1814)*, Paris, Centro Cultural Português da FCG, 1978; A. A. Banha de Andrade, *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982.

<sup>7</sup> Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, «Frei José Mariano da Conceição Veloso», *Diccionario bibliographico brasileiro*, 5.º vol., 1899, p. 64.

José da Costa Azevedo (1763-1822)<sup>8</sup>, padre Joaquim Veloso de Miranda (1742-1817)<sup>9</sup>, frei Leandro do Sacramento (1778-1829)<sup>10</sup>, frei José Mayne (1728-1792)<sup>11</sup>, frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)<sup>12</sup>, padre João de Loureiro (1710-1791)<sup>13</sup>.

## 2 — As academias científicas do Rio de Janeiro e o ambiente cultural naturalista

Ao tempo em que frei Mariano Veloso, nos inícios da década de 70, assumia funções docentes nas cidades de S. Paulo e no Rio de Janeiro o interesse pelas ciências da natureza traduzia-se na capital fluminense pela criação de uma agremiação científica e de um pequeno horto botânico. A iniciativa pertence ao vice-rei Marquês do Lavradio e congrega a pequena comunidade de profissionais ligados às actividades médicas e farmacêuticas, a que se juntam alguns naturalistas amadores dos meios castrense e eclesiástico: «Assim se formou a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica, por



BN/Iconografia

<sup>8</sup> Franciscano, natural do Rio de Janeiro, estudou teologia em Coimbra. Ensinou mineralogia na Academia Militar, foi director do gabinete mineralógico e físico. Primeiro director do Museu Nacional criado por D. João VI, pelo decreto de 6 de Junho de 1818 (Cf. *Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961, pp. 343-346).

<sup>9</sup> Natural de Minas Gerais. Formou-se em Filosofia Natural, em Coimbra, no ano de 1777. Regressou ao Brasil em 1785, mas manteve correspondência científica com o seu antigo professor Domingos Vandelli, servindo de collector de produtos naturais para o Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda (Cf. Carlos Stellfeld, *Os dois Vellozo: biografias de Frei José Mariano da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda*, Rio de Janeiro, 1952).

<sup>10</sup> Carmelita, natural do Recife. Estudou em Coimbra onde foi aluno de Félix de Avelar Brotero. Concluiu Filosofia Natural em 1806. Lente de Botânica na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Director do Jardim Botânico fluminense a partir de 1824 (Cf. *Florae Fluminensis...* 1961, pp. 351-361).

<sup>11</sup> Religioso da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco. Coleccionador de pintura e de produções naturais. Sócio da Academia Real das Ciências «[...] Já o Reverendo Padre Mestre Fr. Jozé Mayne além de ter formado um copioso, e rico museu de História Natural no convento de Nossa Senhora de Jesus determinou rendas para o aumento do mesmo, e do religioso inteligente de história natural a quem fica incumbida a direcção, ao qual Sua Magestade poderia determinar uma cadeira de História Natural debaixo da inspecção, que determinar. Para esta cadeira pode servir Fr. Jozé da Costa Azevedo.[...]» (Domingos Vandelli, *Memoria sobre a Faculdade Filosofica da Universidade de Coimbra, s/d* [1792] Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 519, Cx. 646, «Universidade de Coimbra. Negócios diversos»).

<sup>12</sup> Religioso da Terceira Ordem da Penitência de S. Francisco. Bispo de Beja, fundou um Museu em 1791 cujas colecções incluíam abundantes produtos da Natureza. Manteve correspondência e intercâmbio científico com naturalistas e coleccionadores europeus. Eleito arcebispo de Évora em 1802, fez deslocar para aqui a maior parte do espólio museológico, o qual tornou público em 1811 (Cf. Fernando António Baptista Pereira, «Le rôle de l'Église dans la formation des premiers musées au Portugal à la fin du XVIII siècle», in *Les musées en Europe à la veille de l'ouverture du Louvre*, Paris, Klincksieck, 1995).

<sup>13</sup> Padre jesuíta. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Viveu algumas décadas na China onde recolheu material botânico, com o qual constituiu um herbário, e escreveu a *Florae Cochinchinensis* e outros textos científicos publicados postumamente pela Academia. Correspondeu-se com o naturalista inglês J. Banks (Cf. Bernardino António Gomes, *Elogio historico do P.<sup>e</sup> João de Loureiro*, Lisboa, Typographia da Academia, 1865).



BN/Iconografia

vezes designada Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, que se inaugurou a 18 de Fevereiro de 1772 na sala do palácio do vice-rei e na sua presença e de um numeroso concurso de pessoas de toda a qualidade recitaram os directores da mesma Academia cinco eruditas orações sobre a Medicina, Anatomia, Cirurgia, História Natural, Química e Farmácia<sup>14</sup>.

Pelo título de uma das comunicações académicas se deduz que já anteriormente houvera a tentativa de fundar na colónia americana uma sociedade médica e de estudos botânicos. Na verdade, vinha das primeiras décadas do século a tradição das associações literárias que davam corpo às aspirações intelectuais da elite urbana brasileira, sendo particularmente significativa a actividade da efémera Academia dos Selectos que chegara a promover, na década de 50, a impressão de vários folhetos<sup>15</sup>.

As sessões da Academia Fluviense, que persistiram até Abril de 1779, realizavam-se uma vez por semana para apresentação de dissertações eruditas e os sábados eram reservados para visitas ao horto botânico o qual, de acordo com os *Estatutos*, servia «[...] para nele se tratarem, e recolherem todas as plantas notáveis, e terá cada académico obrigação de o hir ver para observar a diferença e crescimento delas. Haverá alguns coletores, os quaes serão encarregados do Horto Botanico: haverá também alguns academicos deznhadores de plantas»<sup>16</sup>.

O estabelecimento deste horto na cerca do Colégio dos Jesuítas correspondia a uma visão da Botânica como ciência auxiliar da Medicina – em razão das potencialidades farmacológicas das espécies vegetais – de acordo aliás com a linha dominante, desde o séc. XVI, no pensamento científico europeu<sup>17</sup>. Só em 1796 será criado o primeiro Jardim Botânico, o de Belém, no Pará, o qual serviria de modelo a todos os que se estabeleceram posteriormente no Brasil, como os do Rio de Janeiro e o de Olinda<sup>18</sup>. Por isso se está longe ainda,

<sup>14</sup> Augusto da Silva Carvalho, *As academias científicas do Brasil no século XVIII*, Lisboa, Sep. de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, t. II, 1939, p. 5.

<sup>15</sup> Cf. Augusto da Silva Carvalho, *ob. cit.*, 1939, p. 4. «A esta sociedade deve-se a instituição da primeira typographia que houve no Brazil, segundo diz Ribeiro dos Santos. Mas pouco durou esta typographia porque, por ordem do governo da metropole, foi destruída e queimada para que se não propagassem por este meio idéias contrarias ao regimen colonial» (Moreira de Azevedo, «Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos coloniaes até o começo do actual reinado», *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brazil*, t. XVIII, Parte II, 1885, p. 269).

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 8.

<sup>17</sup> «Il legame com la medicine, insieme com la maggiore facilità di osservazione, raccolta e conservazione, favorisce il maggiore sviluppo della botanica rispetto alla zoologia: non a caso molti orti botanici sorgono presso scuole di medicina» (Antonello La Vergata, «La storia naturale e le classificazioni», in *Storia della scienza moderna e contemporanea. Dalla rivoluzione scientifica all'età dei lumi*, Turim, UTET, 1988, p. 781).

<sup>18</sup> Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, «A cultura», in *O império luso-brasileiro. 1750-1822*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pp. 445-498; Leopoldo Collor Jobim, «Os jardins botânicos no Brasil colonial», *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. 2, n.º 1, Janeiro/Junho 1986, pp. 53-120.

no horto fluminense, da «economia da natureza» e do discurso científico que aspirava à descrição e classificação das espécies dos três «reinos» da Natureza, à luz de uma taxonomia racionalizadora e totalizante como a de Linneo. No entanto, não deixa de ser curioso saber que a Academia do Rio de Janeiro prestaria homenagem ao sábio sueco, anunciado-lhe a sua fundação e conseguindo – através dos bons ofícios do médico estrangeirado António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) – que a Sociedade de Upsala lhe conferisse o diploma de fraternidade<sup>19</sup>.

Da *Relação dos Academicos de que he composta a Academia* não consta o nome do frade capucho, nem saberemos se algum vez terá participado nas suas actividades, mas o que parece indiscutível é que o ambiente cultural nas principais cidades brasileiras, com especial relevo para o Rio de Janeiro, proporcionava uma sociabilidade científica de cunho naturalista propícia à afirmação intelectual de personalidades como a do autor da *Florae Fluminensis*.

### 3 — O governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa — o naturalismo como política de Estado (1779-1790)

O governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790)<sup>20</sup> marcaria uma nova etapa na vida cultural da colónia americana e revelar-se-ia decisivo no traçado de novo rumo na vida de frei Mariano da Conceição Veloso.

Vasconcelos e Sousa, aristocrata da casa dos Castelo Melhor, «gentleman naturalista», seguia na capital fluminense os avatares da moda europeia possuindo gabinete privado, rico de colecções «naturais e artificiais», entregue aos cuidados do «zelador» Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o «Xavier dos Pássaros»<sup>21</sup>. Enquanto homem público demonstraria igual tipo de preocupações quando – aparentemente relacionado com o facto de ele próprio ter adoecido com a epidemia conhecida por «Lamparina»<sup>22</sup> e animado por

<sup>19</sup> Cf. Augusto da Silva Carvalho, *ob. cit.*, 1939, p. 10.

<sup>20</sup> O *Almanach de Lisboa* apresenta-o como: «Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brazil, no Rio de Janeiro, da casa titular dos condes de Castelo Melhor. Sócio honorário da Academia Real das Ciências, Graõ-Cruz da Ordem de S. Tiago, Conselheiro de Estado, Viador da Senhora Princesa Viúva, Presidente da Meza do Desembargo do Paço, e Inspector das Obras Publicas.»

<sup>21</sup> Para obter elementos mais circunstanciados sobre Francisco Xavier e a sua actividade museológica, veja-se Maria Margaret Lopes, *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, São Paulo, Editora Hucitec, 1997, pp. 26-27.

<sup>22</sup> «[...] epidemia reinante que o povo batisou de «Lamparina», corrompendo o nome da cantora Zamperini, que por volta de 1770, em Lisboa, era coqueluche de damas e senhoras; tudo, então, era a «Zamperini»: vestidos, penteados, adereços» (*Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1961, pp. 354-355).

preocupações de higiene pública – ordenou o aterro de uma lagoa e em seu lugar fez construir um parque (o «Passeio Público») para onde ideou, em 1784, o primeiro museu de história natural do Brasil, a «Casa de História Natural». Popularmente conhecida como «Casa dos Pássaros», por mais de vinte anos aqui se colecionaram, armazenaram e prepararam produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa <sup>23</sup>.

Pela correspondência trocada com a Corte é possível comprovar como a sua acção governativa prosseguia com diligência as tarefas de colector de espécimens naturais requeridos pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e pelo Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda <sup>24</sup>, na tradição do serviço prestado, desde a década de 60, pelos capitães-generais de algumas capitanias como a de Mato Grosso, onde se notabilizaram Luís Pinto de Sousa Coutinho <sup>25</sup> e Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres <sup>26</sup>. «Foi durante o Governo deste Rey [D. José] [...] que o Museu e Jardim forão sumamente enriquecidos de toda a sorte de productos, que erão remettidos de todos os Estados Ultramarinos pelos seus respectivos Governadores por ordem do Ministro da Marinha [...] então Inspector Geral dos dois Estabelecimentos, sendo os ditos productos arrançados debaixo da direcção do Dr. Domingos Vandelli.» <sup>27</sup>

Sirva de exemplo a carta de 17 de Junho de 1783, enviada ao ministro Martinho de Melo e Castro (1716-1795), na qual manifestava merecido orgulho por as remessas enviadas para Lisboa serem apreciadas pelos

---

<sup>23</sup> Cf. Maria Margaret Lopes, *ob. cit.*, 1997, pp. 25-26.

<sup>24</sup> Cf. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos – *Correspondência com a Côte 1779-1790*, de Luís de Vasconcelos e Sousa, Livro 4, 4, 9, cit. in Gilberto Ferrez, *Colonização de Teresópolis à sombra do dedo de Deus (1700-1900)*, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1970, p. 13; e Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Correspondência dos Vice-Reis para a Corte, 1783-1785*. Luís de Vasconcelos, Cód. 68, vol. 6, cit. in Maria Margaret Lopes, *ob. cit.*, 1997, p. 26.

<sup>25</sup> Visconde de Balsemão (1735-1804), ministro de Portugal em Londres e depois ministro de Estado, compôs várias memórias eruditas sobre a história natural do Pará e Mato Grosso onde esteve como governador. Sócio da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade Real de Londres. Vandelli dedicou-lhe uma nova planta que desenha e descreve no seu *Hortus Olisiponensis...* 1771, com o «taxone» de *Balsamona Pinto* (Cf. *Carta de Luís Pinto de Balsemão a Domingos Vandelli (Vila Bela, 1 de Dezembro de 1771)*, Arquivo Histórico do Museu Bocage, CN/B-93. Existe uma primeira carta que insere uma lista de produções naturais enviadas para a Ajuda (8 de Fevereiro de 1769, AHMB, CN/B-92).

<sup>26</sup> 4.º Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, durante dezassete anos. Exercitou o gosto pelo estudo da Natureza, pela qual confessa professar «curiosidade» e «amor», a um ponto tal que, no regresso a Lisboa, organizaria com as suas próprias colecções um Gabinete de história natural. Deste Gabinete privado, localizado em S. Sebastião da Pedreira, se dá notícia pública pela primeira vez no *Almanach de Lisboa* de 1795. Cáceres manterá uma assídua correspondência científica com o director do Jardim e Museu da Ajuda e dela resultará, em 1799, a incorporação das suas colecções no Museu Régio (*Cartas de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Domingos Vandelli (25 de Maio e 27 de Julho de 1773)*, AHMB, CN/C –111 e 112).

<sup>27</sup> *Resposta de Félix de Avelar Brotero a uma portaria do ministro Filipe Ferreira de Araújo e Castro (16 de Novembro de 1822)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Cx. 555 (1821-1833).



naturalistas régios – «a variedade das espécies, a beleza das formas, a naturalidade dos gestos, tudo imita exactamente a natureza»<sup>28</sup> – e informava que as operações de recolha e preparação de pássaros, quadrúpedes, insectos e peixes eram da autoria do «zelador» do seu gabinete privado, enviando na ocasião uma caixa com borboletas e outros insectos preparados pelo dito Francisco Xavier<sup>29</sup>.

Mas o conteúdo da missiva de 1783 proporciona ainda outro interesse documental já que nela se regista o início das tarefas naturalistas, com carácter oficial, de frei José Mariano da Conceição Veloso. De facto, ele é aqui apresentado pelo vice-rei como encarregado do envio de plantas cujas descrições e desenhos evidenciariam, a seu ver, o grande talento do religioso franciscano.

Os termos e as circunstâncias em que se terá processado o encargo público de proceder ao estudo fitológico da capitania do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que servia de colector de produtos naturais para o Real Museu da Ajuda, são esclarecidos pelo próprio Veloso em *Suplica* redigida já depois de abandonar o Brasil em 1790, nela se queixando à autoridade régia da imposição de Luís de Vasconcelos e Sousa que teria feito: «[...] cair sobre os ombros do suplicante todo o peso do exame e colecção das produções naturais desta Capitania por mais que o suplicante lhe representasse a debilidade das suas forças para este emprego» e acrescenta que durante anos vagueara na sua exploração por terras brasileiras, sofrendo perigos e padecimentos «já despeñado de uma serra por baixo de uma besta muar, já afogado no mar por um tufão de vento que emborcou a canoa em que o suplicante navegava, já por moléstias perigosas contraídas no mesmo trabalho e particularmente uma quase cegueira de oito meses apanhada na diligência da conversão dos Ararizes, Índios bravos que infestavam as vizinhanças do Rio de Janeiro, nos matos da Paraíba»<sup>30</sup>. É possível confirmar, pelos biógrafos oitocentistas, que o vice-rei terá expedido ordens ao provincial frei José dos Anjos Passos (1781-1784), para que frei Veloso fosse fazer excursões em toda a Província do Rio de Janeiro, libertando-o para tanto das habituais regras conventuais<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Cit. in Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, *Notícia histórica da Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976, p. 17.

<sup>29</sup> Cf. Maria Margaret Lopes, *ob. cit.*, 1997, p. 26.

<sup>30</sup> *Suplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso*, Arquivo Histórico Ultramarino, Reino, Manuscrito 2719, cit. in Rómulo de Carvalho, *A história natural em Portugal no século XVIII*, Lisboa, ICALP, 1987, p. 90. Não foi possível encontrar o original deste documento no AHU, por entretanto se ter procedido a operações arquivísticas que alteraram o sistema de cotas.

<sup>31</sup> José de Saldanha da Gama, *Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Marianno da Conceição Veloso*, Rio de Janeiro, 1869, p. 143.

Durante as viagens *philosophicas* que se prolongariam por oito anos (1783-1790) e nas quais recolheu o material botânico que viria a dar corpo à *Florae Fluminensis*, frei Veloso foi auxiliado por outros companheiros da congregação mendicante, nomeadamente por frei Francisco Solano, que ocupou as funções exigidas a um desenhador-naturalista e por frei Anastácio de Santa Inês, que registava as definições herbóreas. Terão também colaborado nestas tarefas os frades Francisco Manuel da Silva Melo, José Correia Rangel, José Aniceto Rangel, João Francisco Xavier, Joaquim de Sousa Marcos, Firmino José do Amaral, José Gonçalves e António Álvares.

Entretanto, começavam a chegar ao Real Museu de História Natural da Ajuda as remessas de espécies naturais dos «três reinos» devidamente acondicionadas, descritas e classificadas por Frei Veloso, como a de Setembro de 1786 que continha «amostras de madeira e uma colecção de conchas e quatro viveiros contendo pássaros»<sup>32</sup>. A actividade de colector-amador não ficava, por isso, circunscrita ao domínio da flora, alargando-se à fauna e à geognose da colónia americana tal como documentam as *Relações velosianas* enviadas para o Reino em 1787 e 1788 – *Descriptio animalium quorundam brasiliensium (anno 1787)*; *Descriptio animalium, avium, mineraliumque quorundam brasiliensium (anno 1788, 9 de Julho)*; *Producta naturalia brasiliae (21 de Dezembro de 1788)*<sup>33</sup>.

O estatuto de colaborador do Real Museu parece ter sido desde logo muito apreciado já que, aparentemente, terá resolvido com sucesso um dos problemas que se colocavam com maior dramatismo às operações naturalísticas nos trópicos, ou seja, o das condições de conservação dos espécimens vegetais e animais depois de retirados do seu *habitat* natural, preparados para serem exibidos em «Museu» e sujeitos a longa travessia marítima, envolvendo acentuadas mudanças climáticas. No caso dos animais a questão era particularmente sensível porque, muito embora a acção conservadora dos líquidos alcoólicos fosse conhecida e aplicada desde meados do séc. XVII, as técnicas taxidérmicas divulgadas não podiam ainda equacionar com eficácia alguns obstáculos bio-químicos, nomeadamente a instalação e desenvolvimento das larvas de insectos destruidoras das peles<sup>34</sup>: «Não posso deixar de acuzar

---

<sup>32</sup> «Ofícios dos vice-reis do Brasil. Índice da correspondência dirigida à corte de Portugal de 1763 a 1808», *Publicações do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, n.º 2, 1970, cit. in Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, *ob. cit.*, 1976, p. 17.

<sup>33</sup> AHMB, Rem. 584.

<sup>34</sup> «A descoberta fundamental no domínio da Taxidermia – arte de preparar, conservar e montar as peles dos animais de forma duradoura e conferindo-lhes a aparência de vivos – deveu-se a J.-B. Bécœur (1718-1777), farmacêutico em Metz, que descobriu e decreveu uma técnica preservadora de grande sucesso. Baseava-se esta técnica na utilização de substâncias tóxicas, antisépticas e aromáticas que, provocando a dessecação rápida e completa da pele com o fim de evitar a queda de peles e plumas, impediam a instalação e desenvolvimento das larvas destruidoras das peles» (Carlos Almaça, *Museus de Zoologia e investigação científica*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia, 1985, p. 19.)

a V. Ex.<sup>a</sup> a receção dos 22 Caixões de Amostras das Madeiras de Santa Catharina e Rio Grande; e muito particularmente os 7 com colecção de Conchas feita por Fr. Jozé Mariano, as quaes não só vierão bem ordenadas, mas muitas dellas estimadissimas pela sua raridade; e se o dito religioso tem tanta curiosidade pela Mineralogia, como pelas outras partes da Historia Natural ..[ sendo que o Museu de Sua Magestade se acha com grande falta ao que respeita ao Reino Mineral [...].»<sup>35</sup>

#### 4 — *Frei Mariano Veloso e o meio científico lisboeta* — *o Real Museu da Ajuda e a Academia das Ciências*

Em 1790, no final do mandato governativo de Luís de Vasconcelos e Sousa no Rio de Janeiro, frei José Mariano da Conceição Veloso é convidado pelo vice-rei a empreender a viagem até ao Reino, transportando consigo os originais dos textos e gravuras fitológicas – a *Florae Fluminensis* – além de outro material museológico contido em «70 caixões» e que era composto, nomeadamente, por: «[...] uma colecção de todos os peixes de água doce e salgada, feita por um novo método; por outra de insectos marinhos e terrestres; e finalmente por uma de borboletas impressas pela fécula colorante de que se cobrem as membranas das suas asas, obra tão rara e estimável que tem o suplicante notícia não haver outra em algum dos Gabinetes reais da Europa, o que tudo se acha no Museu de Sua Magestade [na Ajuda] onde foi entregue logo que aqui chegou». <sup>36</sup> O herbário e os manuscritos dos estudos naturalísticos foram igualmente depositados nos estabelecimentos museais da Ajuda, constando estes do inventário da biblioteca e cartório com o título de *Nomes vulgares d'algumas plantas do Rio de Janeiro reduzidos aos triviais do Systema de Linneo, e da Florae Fluminense do P.<sup>de</sup> Velloso. 1790* <sup>37</sup>.

O próprio Vasconcelos e Sousa contribuiria para a vitalidade do coleccionismo privado verificado entre nós nos finais de setecentos, transportando do Brasil as produções exóticas que conservava no palácio do vice-rei e fazendo-as exhibir no gabinete de história natural do seu palácio, na Calçada da Glória, junto ao Passeio Público <sup>38</sup>.

<sup>35</sup> Carta de Martinho de Melo e Castro para o Vice-Rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Sousa (4 de Janeiro de 1787), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos – Correspondência com a Côte 1779-1790, Livro 4, 4, 9, pp. 3-4, cit. in Gilberto Ferrez, *ob. cit.*, 1970, p. 13.

<sup>36</sup> Suplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso, AHU, Reino, Manuscrito 2719.

<sup>37</sup> «N. 113 – Nomes vulgares d'algumas plantas do Rio de Janeiro reduzidos aos triviais do Systema de Linneo, e da Florae Fluminense do P.<sup>de</sup> Velloso. 1790, in fol. (Não está completo)», in *Autos do Inventario a que procedeu a Comissão encarregada da Inspeção scientifica e economica do Jardim Botanico da Ajuda, quando foi tomar conta da Bibliotheca e Cartorio do mesmo Jardim (2 e 16 de Dezembro de 1837)*, ANTT, Ministério do Reino, Maço 2123, «Academia Real das Ciências. Offícios. 1837-1843».

<sup>38</sup> Cf. *Almanach de Lisboa*, 1795, Parte VI, pp. 28-29.

A colaboração do colector brasileiro com o projecto vandelliano de produção e edição da *Historia Natural das Colonias*<sup>39</sup> podia passar agora, com a sua presença física, a outro patamar de responsabilidade científica tanto mais que seria a breve trecho associado ao meio intelectual lisboeta como membro da Academia Real das Ciências<sup>40</sup>.

Nestes primeiros anos de permanência em Lisboa ocupar-se-à, na Ajuda e na Academia, com as operações museográficas de estudo e classificação de espécies naturais, especializando-se em Ictiologia – domínio no qual, já o vimos, utilizava um método taxidérmico inovador –, sem deixar de se preocupar com a missão primordial da sua presença na Corte, o aperfeiçoamento e publicação da *Florae Fluminensis*. Por isso, em 1797, em contexto orçamental de custos de impressão da sua obra botânica, ainda lembrará humildemente à autoridade régia que «[...] O Supplicante se acha nesta Corte há sete annos, fora do sêo Convento, para onde dezeja recolher-se logo que complete ésta acção». <sup>41</sup>

A urgência de actualização científica – sobretudo no domínio da botânica, visando a revisão dos referentes taxonómicos da fitologia brasileira – deve tê-la pressentido frei Veloso no contacto com as obras teóricas europeias adquiridas pelo Museu e pela agremiação académica, razão pela qual pediu o auxílio dos seus confrades. Estes não lho regatearam, porquanto, na acta da sessão de 19 de Novembro de 1791, se lê: «[...] que se comprem todos os livros necessários à perfeição da obra do Sr. José Mariano da Conceição Vellozo». <sup>42</sup>

O compromisso institucional com a Academia passaria também por um projecto de co-autoria com o director dos estabelecimentos da Ajuda, Domingos Vandelli (1735-1816), que previa a edição de um inventário ictiológico, decidindo-se, por isso, na sessão de 31 de Março de 1792 que: «[...] se fizessem os gastos que se julgassem próprios para os desenhos e estampas da *Ictiologia do Reino* do Dr. Vandelli e *do Brasil* do Sr. José Mariano da Conceição Vellozo e algumas viagens se forem precisas»<sup>43</sup> Este compromisso não deixará

---

<sup>39</sup> «Jardim, e seus annexos estabelecimentos, porque se conservem, e augmentem, concludo-se a Historia Natural das Colonias pelo qual principal fim o Snr. Rei D. José deo principio a esta grandiosa Obra» (Domingos Vandelli, *Relação da origem, e estado prezente do Real Jardim Botanico, Laboratorio Chymico, Museo de Historia Natural, e Caza do Risco*, [1795] ANTT, Ministério do Reino, Maço 444).

<sup>40</sup> Cf. *Pasta do Sócio José Mariano da Conceição Veloso*, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Arquivo da Secretaria. Esta «Pasta» não contém qualquer documento além da indicação: «Sócio Livre 1-4-1791; Excluído 13-1-1798.» Durante este período (1791-1798), a Academia funcionou nos seguintes locais: até 1792: Palácio das Necessidades; 1792-1797: Palácio da Rua das Pedras Negras, à esquina do Beco do Carrasco; 1797-1800: Antigo Palácio do Monteiro-Mor, depois Palácio dos Condes de Castro Marim.

<sup>41</sup> *Supplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso* [1797], AHU, Reino, Maço 2705.

<sup>42</sup> Abílio Fernandes, *ob. cit.*, 1947, p. 102.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*, p. 102.

de lhe ser recordado quando, uma semana depois de excluído da agremiação por razões porventura relacionadas com os custos de impressão da sua *Florae* <sup>44</sup>, a direcção decide: «Que se escreva ao Sr. J. M. da C. Veloso a saber em que estado se acha a colecção de peixes que se incumbiu de fazer para o Museu da Academia.»<sup>45</sup>

No ano seguinte, visivelmente desiludido com uma comunidade de naturalistas que nunca o reconhecerá como um dos seus, deixará cair um desabafo sobre a fraca produção nacional de textos impressos (obrigando-o a traduzir e a adaptar autores estrangeiros) e lamentará, com compreensível exagero, «[...] não termos ainda hum só escrito nosso, ácerca da Historia Natural deste reino, e ainda de suas Colonias, não por falta de pessoas de talentos [...]» <sup>46</sup>.

### 5 — *Frei Mariano Veloso e as tipografias lisboetas (1796-1799)*

Em 1796 – no mesmo ano que uma vez mais merecera as benesses reais e fora enfaticamente comparado a Linneo e aos melhores naturalistas europeus <sup>47</sup> – faz publicar em Lisboa o periódico agrário *Paladio Portuguez e Clarim de Palas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio, & offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio, Lisboa, na Officina Patriarchal*. Neste primeiro periódico totalmente dedicado à causa agrícola em Portugal <sup>48</sup>, Mariano Veloso fez registar e circular as novidades nacionais e/ou traduzidas de autoridades estrangeiras do mundo agrário.

<sup>44</sup> Não possuímos dados suficientemente esclarecedores sobre a irradiação de fr. Veloso de sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, ocorrida em 13 de Janeiro de 1798, e as próprias Actas não se referem ao episódio. É provável, contudo, que decorra do processo de impressão da sua obra botânica, que se arrastava desde o decreto real de 9 de Julho de 1792, muito mais do que de qualquer desentendimento de carácter científico.

<sup>45</sup> *Acta da Sessão da Academia de 21 de Janeiro de 1798*, cit. in Abílio Fernandes, *ob. cit.*, 1947, p. 103.

<sup>46</sup> Prefácio a *Helminthologia portugueza, em que se descrevem alguns generos das duas primeiras ordens, intestinaes, e molluscos da classe sexta do reino animal, vermes e se exemplificaõ com varias amostras de suas especies, segundo o systema do cavalheiro Carlos Linne, por Jacques Barbut*. Tradução de José M. da C. Veloso, 1799.

<sup>47</sup> «Tendo muito presente os grandes merecimentos e raro engenho de Fr. Jose Mariano da Conceição Velloso que sem soccorro algum pode elevar-se a hum ponto tal de luses botanicas que mereceo pela sua Florae do Rio de Janeiro ser comparado a Linneo, Thimberg, Banks e Solandar, e desejando dar-lhe huma nova prova do muito que o considero e do dezejo que tenho de recompensar, não só o seu talento; mas o amor que professa, e tem mostrado pelo Meu Real Serviço e pela Minha Gloria e grandesa da Minha Coroa e seus vastos Dominios: Sou Servida Ordenar que o Marquez Mordomo Mor e Presidente do Meu Real Erario lhe mande aumentar a pensão que ate agora recebe pelo Erario Regio elevando a mesma ate tresentos mil reis annuais que continuará a receber do mesmo modo [...]» (AHU, Reino, Maço 2663, 9 de Dezembro de 1796).

<sup>48</sup> Cf. *Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos, *ob. cit.*, 1961.

A partir deste ano encontramos o frade envolvido no esforço de criar uma rede de tipografias disponíveis para, a exemplo das «nações cultas e civilizadas», dar conhecimento da «Nova Agricultura» baseada nos princípios agronómicos decorrentes da Filosofia Natural setecentista. Assim, saíram obras dos prelos de António Rodrigues Galhardo, impressor da Casa do Infantado, de Procópio Correia da Silva, impressor da Santa Igreja Patriarcal, e dos contactos editoriais havidos com a oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Em todas elas e pelos títulos conhecidos percebemos que Mariano Veloso estabelecia os contactos como compilador, coordenador e tradutor a fim de convencer os respectivos tipógrafos a distribuírem pelos canais de circulação o labor literário e editorial de um brasileiro ilustrado que pretendia trazer para Portugal, e a partir daqui distribuir para o Brasil, as novidades agronómicas. De forma a se poder ter uma noção exacta da dimensão do trabalho envolvido, remetemos para o conjunto de obras referenciadas no Catálogo desta Exposição, publicadas antes de 1799, ou seja em momento anterior ao funcionamento da tipografia do Arco do Cego.

Numa breve análise deixamos registado o balanço analítico da leitura e da consulta efectuada. Em 1797 (de acordo com a informação de J. Saldanha da Gama [1869]) faz sair dos prelos da tipografia de João António da Silva uma tradução do inglês sobre o modo de fazer salitre nas fábricas de tabaco da Virgínia, tradução oferecida aos lavradores das «províncias portuguesas e do ultramar» [nº 120 do Catálogo]. Estava dado o mote para vários outros dos seus inúmeros projectos editoriais: recolher e obter leituras para os agricultores-lavradores do Reino, de modo a ampliar-lhes os horizontes de conhecimentos, familiarizando-os com novos produtos, com novas técnicas, com a Nova Agricultura de Duhamel du Monceau <sup>49</sup>, para o Velho Mundo e, sobretudo, para o deslumbrante e exótico Novo Mundo, o Brasil.

O perfil do coordenador de edições e de traduções ficava assim bem delineado perante a comunidade científica, merecendo certamente o olhar acalentador de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em cuja casa entretanto se hospedara, e por quem terá sido directamente «[...] incumbido, a saber: de ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento da sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais ajudadas houvessem de sair do atraso e atonia em que actualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus generos e produções <sup>50</sup>».

---

<sup>49</sup> Cf. André Bourde, «Duhamel du Monceau et l'agriculture nouvelle. La nouvelle agriculture de Jethro Tull» in *Agronomie et agronomes en France au XVIII siècle*, tome 1, Paris, S. E. V. P. E. N., 1967, pp. 253-368.

<sup>50</sup> Prefácio do tomo 1, Parte 1 de *O Fazendeiro do Brasil*, 1798, na Régia Officina Typographica.

A leitura deste primeiro lote de obras da sua responsabilidade literária faz-nos apreender as grandes coordenadas das suas referências intelectuais ou, pelo menos, os temas que ia compilando. Cremos que frei Mariano Veloso terá alargado em Portugal o universo dos seus interesses naturalistas tornando-os mais europeus e virados para o mundo rural, enriquecendo o filão clássico da causa *res-rustica*, divulgada nos textos latinos, com a produção de textos oriundos de uma Europa que se julgava ilustrada a partir da linha imaginária dos Pirinéus. Autores, sociedades agrícolas, memórias de academias científicas de diferentes espaços europeus juntavam-se a autores da causa agrícola e relatavam as suas experimentações e os seus conhecimentos de botânica, de «sciencia agricola» e de história natural a propósito de novas bebidas, como o chá, o café ou o cacau, ou de novas produções agrícolas como o tabaco, ou a revolução da cultura do arroz e da batata, como alternativas ao tradicional cultivo mediterrânico dos cereais, simbolizados na sacralidade do pão [n.ºs 29, 41, 55, 71 do Catálogo].

A estes temas juntava os seus apontamentos, talvez já tomados no Brasil, e agora canalizados através de uma rede de informações mantida com os fazendeiros brasileiros, em torno de um produto especial: a cana-de-açúcar. Estes são os traços gerais que explicam a edição da sua primeira obra de grande fôlego – *O Fazendeiro do Brazil* [n.º 137 do Catálogo] — organizada em cinco tomos, contendo subdivisões editoriais em partes, constituindo a «obra completa» dez volumes saídos de diferentes prelos em Lisboa, com textos recolhidos e traduzidos de autores agraristas europeus e norte-americanos. A sua edição distribuía-se em 1798 pela Regia Officina Typografica, pela Officina de Simão Thaddeo Ferreira, em 1798 e 1800 com uma pontual parceria com a de João Procópio da Silva (JPCS?); a Impressão Regia foi utilizada nos anos de 1805 e 1806. Esta publicação constitui, a nosso ver, uma das chaves para a caracterização biográfica de Mariano Veloso. Em primeiro lugar uma obra organizada em cinco tomos, estando o primeiro, o segundo e terceiro subdivididos em partes, de modo a cobrir os temas da cana-de-açúcar, o da tinturaria e o das bebidas alimentares, respectivamente [n.º 137].

Mas o historial destes tomos de agricultura ilustrada para o Novo Mundo requer mais alguns comentários. No primeiro volume, de 1798, sob os auspícios e ordem do Príncipe do Brasil, saído da Regia Oficina, o compilador/ tradutor apresenta-se como «frade menor da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro», propondo-se tratar do cultivo da cana, mencionando vizinhos da cidade do Rio de Janeiro que têm utilizado as novas moendas, de acordo com os desenhos que ilustram, documentam e esclarecem os leitores. No «Prologo», o tradutor faz desde logo referência aos volumes que se seguirão, o que explica que Veloso tenha usado várias tipografias para ir fazendo sair os seus tomos de

*O Fazendeiro do Brazil* ao ritmo da capacidade de organizar os textos que «iam chegando» dos tradutores. A organização desta Exposição Bibliográfica polarizada pela tipografia do «Arco do Cego» possibilitou a historiadores da cultura e a estudiosos do «livro e da leitura» tomarem contacto com um precioso acervo documental que permite esclarecer o enigma da publicação deste vasto monumento editorial de verdadeiro «enciclopedismo agrícola e agrarista» que teve a marca personalizada de Mariano Veloso. Uma obra planeada para cobrir o tema da Nova Agricultura para o Novo Mundo – a cana-de-açúcar, as plantas tintureiras, as (novas) bebidas alimentares (café e cacau), as especiarias e a filatura – tendo ocupado os prelos de uma rede de casas tipográficas existentes na época, em Lisboa; apenas uma excepção: a Tipografia Calcográfica do Arco do Cego.

Podemos interrogarmo-nos sobre a razão destas itinerâncias. Acasos ou desencontros editoriais, ou ainda razões pragmáticas para os objectivos imediatos de Mariano Veloso que já havia constatado o permanente adiamento da *Florae Fluminensis*? Jogando com todos os dados bio-bibliográficos disponíveis parece-nos existir uma clara intenção por parte do então tradutor/compilador em rapidamente mostrar o seu trabalho de editor, já que os textos eram adornados com tábuas bastante esclarecedoras do que se ensinava no texto. Imagens e palavras faziam parte de um todo que deveria proporcionar uma leitura de conjunto; duas faces de uma mesma moeda ou uma forma inovadora de preparar edições agraristas com cuidadosos desenhos, importados, adaptados ou traçados especificamente para o efeito. Por outro lado, tratava-se de algum modo, de uma forma para provar que as impressoras oficiais e particulares não dispunham do material necessário para efectuar com qualidade e destreza este tipo de edições que combinavam enciclopedicamente a imagem com o texto. Ambos permitiam uma leitura autónoma, mas a junção das duas partes dava uma projecção enorme ao publicismo agrícola, completamente ausente das publicações periódicas científicas desta época que versavam nas suas páginas o tema da causa agrícola como uma das bases de regeneração social, económica e moral da Nação, no contexto das Luzes.

Em 1806, no Prólogo ao tomo v de *O Fazendeiro do Brazil*, dedicado à Filatura, Mariano agradece ao Príncipe o facto de a Impressão Régia lhe publicar as obras que estavam previstas para a tipografia do Arco do Cego: «Em observância do Decreto, em que V.<sup>a</sup> R. foi mandado servir mandar se continuasse a imprimir na Impressão Regia as obras que se imprimião no Arco do Cego, tenho a satisfação de poder apresentar a V.<sup>a</sup> R. a continuação do *Fazendeiro do Brazil* [...]». Há neste pequeno excerto dois factos que nos merecem tratamento diferenciado, ainda que conectado. Recorrendo aos biógrafos oitocentistas, sabe-se que D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-



-1812), Ministro da Marinha desde Setembro de 1796, convidara frei Veloso a assumir a direcção de um novo «Estabelecimento Científico» que se iria fundar no sítio denominado do Arco do Cego. Será nesta casa tipográfica que fará publicar, em 1801, *O Fazendeiro do Brazil criador [...] coligido de memórias estrangeiras* [n.º 81 do Catálogo], e que decerto toma como argumento legitimador para a Imprensa Régia lhe imprimir os restantes tomos de *O Fazendeiro do Brazil* (em 1805 e 1806), estabelecendo assim uma providencial confusão de títulos, mas não de temas ou de objectivos.



HISTORIA NATURAL DO HOMEM.

[Cat. n.º 68]

## 6 — Sob o signo do Arco do Cego (1799-1801)

A breve história da vida da Tipografia do Arco do Cego (1799-1801) representa indiscutivelmente o ponto mais alto da imagem pública do frade capucho. Nascida de uma vontade política, de um projecto iluminista de operar reformas no Reino, esta casa tipográfica converteu-se igualmente num cadinho intelectual de jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole e que gravitavam em torno de Mariano Veloso. Hipólito José da Costa, os irmãos António Carlos e Martim Francisco de Andrade e Silva, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara, Manuel Jacinto Nogueira da Gama<sup>51</sup>, muitos deles fizeram traduções ou edições próprias nos prelos tipográficos do Arco do Cego.

Parece-nos, pois, que Mariano Veloso soube construir uma «sociabilidade tipográfica», de pendor brasileiro, assente numa matriz científica que legitimava o discurso naturalista e agrarista. Se os seus companheiros se encontravam operantes em Lisboa, Veloso soube trazer até aos prelos os que se encontravam distantes, no Brasil, nomeadamente na sua natal Minas Gerais, através da edição de textos provenientes de um sistema de correspondência técnico-científica de feição agrarista com os fazendeiros sul-americanos, que podiam trocar o ouro pela cana-de-açúcar, desde que adaptassem os conselhos práticos e úteis existentes nas páginas e nos desenhos publicados. Por exemplo, o doutor Gregório Soares, de Vila Rica, naquela capitania, pretende ser esclarecido sobre alguns desenhos referentes a moendas de açúcar que tinham sido apresentadas no tomo 1 de *O Fazendeiro*. O conjunto de respostas adequadas e esclarecedoras vão sair em 1800 na tipografia do Arco do Cego – *Respostas dadas a algumas perguntas que fizeram sobre as moendas dos*

<sup>51</sup> Cf. Augusto da Silva Carvalho, *ob. cit.*, 1939, pp. 11-31.



[Cat. n.º 68]

*engenhos de assucar e novos alambiques* por Jerónimo Vieira de Abreu [n.º 1 do Catálogo], publicação que podia ser complementada pelo *Extracto sobre os Engenhos de Assucar do Brasil*, [n.º 3 do Catálogo], cujo espaço de amostragem e explicativa era o do Nordeste do Brasil.

Este apreço pelos brasileiros miticamente identificados com os «mineiros» (recordemos a tentativa da «inconfidência mineira» no início do século XVIII, como sublevação de autonomia) esteve também presente em outras ocasiões do breve mas intenso historial da Casa do Arco do Cego. Os seus directos colaboradores oriundos de Minas Gerais tiveram direito e privilégio a terem o seu local de origem mencionado. A caracterização do título da obra era completada pela referência à origem geográfica do seu tradutor ou adaptador, caso de José Joaquim Viegas Menezes, presbítero do bispado de Mariana que se encarregou do *Tratado da Gravura* [n.º 12 do Catálogo]; José Ferreira da Silva, natural de Santa Luzia de Sabará (Minas Gerais) tradutor de temas agrícolas e sobre a «Quina» [n.º 20 do Catálogo]; António José Vieira de Carvalho, «Cirurgião Mor do Regimento de Cavalaria Regia da Capitania de Minas Gerais, lente de Anatomia, Cirurgia e operações no Hospital Militar de Vila Rica» [n.º 25 do Catálogo]; Manuel Rodrigues da Costa, presbítero do hábito de S. Pedro, natural de Minas Gerais [n.º 77 do Catálogo].

Por oposição, para os «portugueses-brasileiros» já dotados de personalidade própria junto da opinião pública, bastava o nome para atestar a sua importância e prestígio cultural e científico; são os claros exemplos de Hipólito José da Costa Pereira e de Vicente Coelho de Seabra Silva Teles. Farpas dispersas que contribuíram para valorizar o capital intelectual brasileiro, tempo e espaço mítico e fundador do imaginário nacional brasileiro, no período após a sua independência.

A Casa Literária do Arco do Cego, sob orientação de Mariano Veloso, apresentava ainda a preocupação de criar um conjunto de estratégias para fazer circular os livros. Não é de menor importância o facto de no final do primeiro volume de *Compêndio de Agricultura* [n.º 21 do Catálogo], obra em cinco volumes, composta por um conjunto de memórias e outros escritos apresentadas à Sociedade de Agricultura de Bath, divulgar o Catálogo das Obras de Agricultura impressas na Officina Chalcographica do Arco do Cego, com a indicação das que se haviam publicado em 1799, quando se iniciara a sua actividade, dando-se igualmente conta das que se encontravam prontas para entrar e sair do prelo.

O Catálogo anunciava ao público leitor uma colecção de títulos que propunha novas práticas agrícolas, com base em inovadores conhecimentos científicos provenientes da filosofia natural newtoniana: o *Discurso pratico ácerca da Maceração, e Cultura do Canamo, aprovado pela Real Sociedade de Turim*; *Collecção de Memorias Inglezas, sobre a Cultura do Canamo*; *Tractato*

*Historico e Fysico das Abelhas; Memoria sobre a cultura do arroz; Descrição sobre a árvore assucareira; Discursos sobre os Edifícios ruraes; Tratado da Cultura, Uso e Utilidade das Batatas; Memoria sobre a Cultura das Batatas; Memoria sobre as molestias dos Agricultores; Manual pratico do Lavrador; Tractato sobre os Pessegueiros; Ensayo sobre o melhoramento das terras; Memoria sobre os Adubos; Compendio de Agricultura.*

Num segundo momento deixava a indicação das que se encontravam no prelo, de modo a fixar a atenção dos interessados numa agricultura de cariz técnico-científico. Assim, registamos ainda nas propostas do Arco do Cego as traduções de *Elementos de Agricultura*, de *Memorias sobre os arroteamentos* e de *Memoria sobre as sebes ou cercas vivas*.

A exemplo dos Catálogos das obras impressas pela Academia das Ciências de Lisboa, também a tipografia do Arco do Cego fazia publicitar o seu potencial de leitura, veiculando igualmente os locais em Lisboa, Coimbra e Porto onde o público as podia adquirir. Na capital, para além da própria loja da Tipografia, podiam ser compradas ou encomendadas na loja da «Viuva Bertrand e Filho», na de «Borel e Martin», ao Chiado. Em Coimbra, na loja de «Semiond» e na de «Antonio Alvares Ribeiro», no Porto.

Neste traçado biográfico parece-nos muito claro que existe um paralelismo entre a história de uma instituição singular da cidade de Lisboa – a Tipografia do Arco do Cego – e as deambulações culturais de um brasileiro vindo do Rio de Janeiro para publicar estudos sobre espécies vegetais. De facto, é possível detectar um fio condutor entre a sua vocação naturalista, de pendor utilitário, e o publicismo agrícola que transmite ao projecto editorial.

Divulgar as novas propostas científicas e técnicas para a agricultura portuguesa que, com o fito de fazer publicar as obras agraristas, tinha norteado a rede de contactos com as tipografias de Lisboa, é objectivo que continua a estar presente nas publicações da sua directa responsabilidade na tipografia do Arco do Cego. Aqui estava rodeado por técnicos e instrumentos necessários para fazer publicar com qualidade obras de divulgação enciclopedista; por aqui talvez se possa explicar a edição de textos técnicos referentes ao desenho e à gravura. No entanto, a alma das variadas edições estava nos temas agraristas, alguns deles da responsabilidade directa de Mariano Veloso, que se encarregava da tradução e do prefácio.

É do labor de um frade pedagogicamente comprometido com a divulgação das Luzes para a agricultura que se produziu, por exemplo, a literatura de divulgação das batatas em Portugal, a moagem dos grãos, a importância dos estrumes associado a meios de melhorar as terras e ainda um interessante opúsculo relativo às «moléstias dos agricultores» [n.º 33 do Catálogo], estabelecendo sempre uma íntima conexão entre o Homem e a Natureza.

Neste contexto de febril e muito especializada produção editorial é forçoso assinalar outro facto decisivo na privilegiada ligação de frei Mariano Veloso com D. Rodrigo de Sousa Coutinho – os trabalhos publicados no âmbito das actividades da Sociedade Geográfica e Marítima de Lisboa<sup>52</sup>, como se pretendesse substituir o seu afastamento da Academia das Ciências pelas vivências culturais, científicas e decerto políticas e ideológicas proporcionadas pela Casa Tipográfica do Arco do Cego e, agora também, por esse inovador e elitista organismo de sociabilidade científica.

A actividade editorial do Arco do Cego permite ilustrar os alargados horizontes intelectuais de frei Mariano Veloso. A extensa lista de obras publicadas evidencia o interesse por temas que vão desde a quina e os seus usos medicinais até manuais de desenho e de pintura.

### **7 — Os últimos anos em Lisboa e o regresso ao Rio de Janeiro (1801-1808)**

Em final de 1801 é suprimida a Casa Literária do Arco do Cego e todo o material é deslocado para a Imprensa Régia, apetrechando esta instituição com um arsenal de material e de projectos extremamente avultado, podendo rivalizar e competir com as duas instituições científicas que também tinham prelos – a Academia das Ciências e a Universidade de Coimbra.

Nesta transferência, Mariano Veloso é empossado como membro da Junta Administrativa, Económica e Literária, havendo recomendação superior para se continuar a publicar as suas obras botânicas. Mas, neste novo contexto, o seu perfil como responsável pela saúde financeira da Imprensa Régia é enegrecido pelo quase colapso financeiro da instituição. A imagem de mau administrador será recordada pelo deputado Pato Moniz, em debate parlamentar de 1823, ou seja, já muito depois da sua morte<sup>53</sup>. Esta caracterização de feição negativa, coincidente com o período de encerramento da Casa do Arco do Cego, está em flagrante contraste com a pensão de 500\$ que o Príncipe Regente lhe havia atribuído em 1801, elevando-o à posição de

<sup>52</sup> Cf. Maria de Fátima Nunes, «A Sociedade Real Marítima e Geográfica (1798-1808)», in *Actas del coloquio internacional Carlos III y su siglo*, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1990, pp. 765-772 e A. Teixeira da Mota, *Acerca da recente devolução a Portugal pelo Brasil de manuscritos da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1793-1807)*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

<sup>53</sup> «Pelo que pertence á typografia, devemos lembrar-nos de que, quando ela foi estabelecida no Arco do Cego, com o titulo de officina typografica, typoplastica, calcogafica, e toda essa esdruxula nomenclatura de sua criação, não há duvida que se fizerão grandes despezas, e bem creio que forão excessivas; mas tambem é certo que elas não podem deixar de ser muitas no principio de taes estabelecimentos: o caso he que, se muitas forão as despezas, muitos forão tambem os lucros que a officina começou a produzir, apesar de não ser bem administrada. Não quero eu agora falar da administração do Padre Velloso, por seguir a boa doutrina do *parce sepultis*: porém é lícito dizer que ele gastava largo, e não obstante todas as suas larguezas, elle augmentou a officina, mandou fazer diversas traducções, e de seu tempo se imprimirão todas as obras pricipaes, e de grande custo, que ainda hoje fazem os fundos da casa» (*Diario das Cortes*, Sessão de 14 de Janeiro de 1823, p. 468).

padre provincial mercê dos bons serviços prestados ao Reino desde que desembarcara em Lisboa. Mas, apesar das perturbações financeiras, Mariano Veloso manter-se-á operante na Imprensa Régia e nas tipografias particulares com que já havia encetado a sua rede de contactos e de trabalho regular, em prol das traduções ou de edições tematicamente especializadas, abordando a causa agrária, os temas de desenho e de pintura, ou ainda os temas médicos ou farmacêuticos, em português ou em latim.

A chegada dos invasores franceses a Lisboa, em 1807, fez precipitar a fuga da Corte para o Brasil. As instituições científicas pararam o seu labor ou transferiram-se para o Rio de Janeiro, iniciando-se uma nova etapa da vida cultural e política do Brasil. Mariano Veloso regressa também à capital fluminense, muito provavelmente em 1808, para a cidade da *Casa dos Pássaros*, do *Passeio Público*, das observações e recolha da *Florae Fluminensis*, urbe colonial agora elevada à condição de capital do império, enriquecida com novas instituições científicas e com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico que lhe dedica uma sentida nota necrológica quando, em 1811, morre no seu Convento de Santo António: «Frei José Mariano da Conceição Veloso, Ex-Provincial dos Religiosos Franciscanos Reformados da Província da Conceição do Rio de Janeiro, e Botanico Pensionado por S.A.R. o Príncipe Regente nosso Senhor, faleceu de hydropesia anasarca no seu Convento de Santo Antonio desta Cidade, tendo de idade 69 annos. Empregando 30 e tantos annos de estudos na vastissima sciencia da Historia natural, este Varão de excellente engenho compôz, depois de immensas fadigas pelos sertões da America, a Flora do Rio de Janeiro, Obra de 11 volumes em fol., onde se achão analysadas mais de 3 mil plantas, e classificadas segundo o systema de Linneo. [...] A brilhante carreira deste sabio Religioso foi hum continuado serviço da Patria para quem sua morte he huma verdadeira perda: e todos os que admirarão a sua instrucção nada vulgar, inteireza de costumes, e amenidade de conversação, não podem facilmente apagar a saudade produzida pela sua falta.»<sup>54</sup>

## **8 — O caso «*Florae Fluminensis*», o «frade-herói» e o nascimento de imagens nacionais brasileiras**

Em 1961, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro reuniu, num assinalável labor documental, um conjunto de textos relativos à produção teórica e à construção institucional do naturalismo brasileiro ao longo de setecentos e

---

<sup>54</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 50, 22 de Junho de 1811. Notícia reproduzida em Portugal no *Jornal de Coimbra*, vol. 1, 1812, pp. 70-71.

de oitocentos. O utilíssimo *corpus* arquivístico assim disponibilizado para a reconstituição histórica da memória colectiva de portugueses e brasileiros toma como pretexto temático a narrativa da acidentada edição da velosiana *Florae Fluminensis*.

História entretecida de silêncios, de penumbras factuais e de exaltações interpretativas, propícias à elaboração do «mito heróico» do infeliz frade, injustiçado em vida, mas recuperada e «vingada» a sua imagem científica em tempo oitocentista de construção da nova Nação brasileira. Fosse diferente o nosso contexto textual e não fugiríamos a traçar evidente paralelismo com o heróico e trágico destino de outro viajante-naturalista brasileiro seu contemporâneo – o «baiano» Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815). Por ora propomos tão só a leitura de alguns documentos, porventura inéditos ou pouco divulgados, relacionados directamente com a publicação dos estudos vegetalistas de frei José Mariano da Conceição Veloso.

Um botânico português do nosso tempo – alicerçado na sua formação científica e no interesse sempre manifestado pela história do naturalismo setecentista<sup>55</sup> – avaliou os contributos teóricos da *Florae Fluminensis* em termos muito críticos. Na verdade, em texto produzido no âmbito do bicentenário da Academia das Ciências, considera que a decisão brasileira de patrocinar a obra velosiana em 1825-1827 (para além do evidente desconcerto financeiro em que mergulhou a sua impressão parisiense<sup>56</sup>), constituíra um tremendo erro já que a obra enfermava de insuperáveis imperfeições, quer do ponto de vista da desactualização da nomenclatura utilizada e de incorrecções na taxionomia classificativa dos géneros, quer ainda pela fraca qualidade iconográfica do produto final<sup>57</sup>.

Esta tradição de avaliação crítica da obra botânica velosiana, não é sequer exclusivamente «portuguesa» e conta nas suas fileiras com um distinto naturalista brasileiro de final de oitocentos, Ladislau Neto. De facto, em 1881 o então director do Museu Nacional publicaria na íntegra a componente descritiva da *Flora*, sem deixar contudo de a prefaciar com exigência analítica, explicando à luz da história da ciência as razões das deficiências teóricas de

---

<sup>55</sup> Abílio Fernandes, botânico da Universidade de Coimbra, editou entre 1944 e 1993 estudos sobre a vida e obra de naturalistas setecentistas fundamentalmente nas seguintes publicações: *Anais da Sociedade Broteriana*; *Boletim da Sociedade Broteriana*; *Memórias da Academia das Ciências – Classe de Ciências*.

<sup>56</sup> Em 1825 publicou-se grande parte do texto latino da *Florae* na Tipografia Nacional do Rio de Janeiro; entre 1827 e 1831, o governo brasileiro fez imprimir em Paris 11 volumes *in folio* com as gravuras (1640 estampas). O 1.º vol. contém um esclarecedor, «Préface de l'éditeur», apesar de conter algumas incorrecções históricas. Cf. *Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos*, ob. cit., 1961.

<sup>57</sup> Abílio Fernandes, «História da botânica em Portugal até finais do séc. XIX», in *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1987, vol. II, pp. 851-916.

frei Veloso: «Os generos por este creados e deficientemente definidos pelas exiguas diagnoses que seu autor delineou em 1790; as especies, do mesmo modo, mal definidas e pessimamente gravadas, pois que nem siquer foram com esmero copiados os desenhos originaes de que vimos não há muitos annos alguns magnificos exemplares; todo esse conjuncto de desvantagens, trouxe-o, tanto em texto como em atlas iconographicos, a *Florae Fluminensis* no seu mais que serodio apparecimento. E claro é, pois, que si por todos os inconvenientes a que acima alludi, de forma e de systema, não podia merecer a obra de Vellozo mui grande acceitação no orbe da Sciencia, menos a devia esperar com o haver assim perdido a sua prioridade sobre tantos nomes, por 35 annos occultos no pó do esquecimento e só dados a lume quando cada um delles tinha sido substituido por denominação nova.»<sup>58</sup>

Mas, a genealogia intelectual desta atitude devastadoramente crítica deverá ser buscada, a nosso ver, na opinião produzida pelo botânico «profissional» Félix de Avelar Brotero (1744-1828). Este, na sua qualidade de Director do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, fora instruído pela Corte sediada no Rio de Janeiro a enviar os originaes, texto e chapas, que se encontravam depositados naqueles estabelecimentos museais. Frei José Mariano da Conceição Veloso morrera pouco tempo antes e o governo decidira homenagear-lhe a memória, prestando-se finalmente a publicar a *Florae Fluminensis*, tal como fora expressamente anunciado na *Gazeta do Rio de Janeiro* e reproduzido no *Jornal de Coimbra*: «Esta Obra vai a publicar-se, e ella fará com que o seu nome passe á mais remota posteridade com gloria dos nosso, e inveja dos estranhos, de quem já he conhecido e citado, como se vê do Compendio de Wildenow, Botanico Alemão, e hum dos mais célebres do seculo presente.»<sup>59</sup>

Brotero fez então acompanhar a remessa de uma crítica acerba sobre a obra, como se lê na seguinte passagem de uma carta endereçada ao Conde da Barca: «Daqui por ordem dahi expedida foy remettida a *Florae Fluminensis* (juntam.<sup>te</sup> com m.<sup>tas</sup> chapas gravadas a ella respectivas) do P. Fr. Jose Vellozo, eu não pude deixar de remetter immediatam.<sup>te</sup> huma censura sobre a dita obra, demonstrando evidentem.<sup>te</sup>, q. ella no estado actual da Botanica faria descredito à Nação se fosse publicada; porq., em poucas palavras, o titulo *Fluminensis* he equivoco, as descrições e desenhos m.<sup>to</sup> incompletos, a nomenclatura dos generos e especies m.<sup>to</sup> errada, faltão-lhe algumas familias

<sup>58</sup> Arquivos do Museu Nacional, tomo v, cit. in *Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos, ob. cit.*, 1961, p. 15.

<sup>59</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 50, 22 de Junho de 1811.

de plantas, como as das Gramas, das cryptogamicas, & c.»<sup>60</sup> Facto é que, decorrente ou não do temor em se publicar uma obra assim desconsiderada por botânico tão prestigiado, a edição da *Florae Fluminensis* seria uma vez mais adiada<sup>61</sup>.

A intenção política de patrocinar a impressão da obra velosiana fora, todavia, claramente assumida pouco tempo após a sua chegada ao Reino na companhia de Luís de Vaconcelos e Sousa, que o introduziria nos círculos do poder. De facto, logo em 1792 a *Gazeta de Lisboa* reproduzia um decreto real que, considerando a obra de «muito merecimento, trabalho, e estudo, e digna de se dar à luz», mandava imprimi-la com as respectivas estampas «á custa da sua Real Fazenda» e encarregava «a Academia Real das Sciencias do cuidado da referida impressão, para que haja de publicar-se com a exactidão, correcção e criterio, que he devido a huma Obra desta Natureza.»<sup>62</sup>

As dificuldades orçamentais fizeram contudo arrastar o processo, tanto mais que a gravação das estampas – inicialmente encomendada a Veneza e, três anos depois, à Fundação Real – parecia um problema de difícil resolução pela sua complexidade técnica e elevado custo. Em *Suplica* dirigida ao Príncipe Regente em 1797, frei Mariano Veloso esmiuçava estes factos e, pedindo autorização para «fazer tirar novas copias do Original que se conserva no real Muzêo de V. Mag.e, onde o entregou na sua chegada»<sup>63</sup>, apresentava outro orçamento, menos oneroso para a Coroa. Terá sido porventura em razão deste

---

<sup>60</sup> Abílio Fernandes, *ob. cit.*, 1987, p. 886. Sem se questionar o acerto crítico de Brotero, fundamentado exclusivamente, cremos, em critérios científicos, não deixa todavia de ser curioso divulgar uma esclarecedora nota sobre as relações pessoais entre Veloso e Brotero – «Sahio a Florae do nosso Brotero nua de todo o ornato, e depois de intrigas inauditas do Padre Vellozo. Se Deus me ajudar, hade haver uma edição mais decorosa» (Carta de António de Araújo de Azevedo ao Abade Correia da Serra, 13.11. 1804, cit. in A. Fernandes, «Uma carta inédita de Brotero para Correia da Serra», *Anuário da Sociedade Broteriana*, ano XLII, 1976, p. 42).

<sup>61</sup> Ainda em 1819, em obra relativa à história natural do Brasil, se fazia a seguinte referência à publicação da *Florae*: «Fr. José da Conceição Velloso, Brasileiro, começou a descripção Botanica da Capitania do Rio de Janeiro; e escreveu em 1790, o que tinha arranjado. Esta Obra, que deveria compor-se de varios Livros de descripções Botánicas, não tem senão um in folio com este titulo = *Florae Fluminensis, Seu Descriptionum Plantarum Praefectura Fluminensi sponte nascentium, Liber primus, ad systema sexuale concinatus*. = Ha tambem tres volumes in folio grande de Estampas, pertencentes a ésta Obra, que se acha na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. O mesmo Velloso mandou abrir cinco mil e tantas chapas, cada uma d'ellas com varios animaes e vegetaes, e algumas com coisas d'Artes. Na Bibliotheca pública do Rio de Janeiro há um Jôgo de Prôvas d'aquellas chapas. Entre os muitos Mss. que me-consta ficarão d'aquelle Naturalista, é provavel que haja algumas, a que estas chapas pertencão» (*Instrucção para os viajantes e empregados nas colonias sôbre a maneira de colher, conservar, e remeter os objectos de historia natural arranjada pela administração do R. Museu de Historia Natural de Paris.[...] Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sôbre a historia natural do Brazil, e estabelecimento do museu e jardim botânico em a Côrte do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1819.

<sup>62</sup> *Gazeta de Lisboa*, 24 de Julho de 1792.

<sup>63</sup> *Suplica de Frei José Mariano da Conceição Veloso [1797]*, AHU, Reino, Maço 2705.



novo quadro orçamental, e contando já com a empenhada aliança de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que se expediram novas ordens para a impressão da *Florae Fluminensis* <sup>64</sup>. Este fôlego político, decorrente do decreto real de 1792, parece ter sido interpretado pelos seus contemporâneos como um impulso definitivo à publicação da obra botânica do naturalista «mineiro», tal como se lê na correspondência trocada entre D. Vandelli e o director do Real Jardim Botânico de Madrid, Casimiro Gómez Ortega (1741-1818): «Da Florae do Rio de Janeiro de Fr. Jozé Vellozo brevem.<sup>te</sup> espero q. sahirà o pr.<sup>o</sup> tomo das figuras; toda a obra conterà mil settecentos e maes taboas[...]» <sup>65</sup>

Por todas estas razões, a «heroicidade» do frade naturalista – imagem que dele se construiu ao longo de oitocentos – seria em grande medida associada à ideia de injustiça praticada por Portugal em relação a um intelectual brasileiro que, devotado desinteressadamente à ciência, não vira reconhecido os seus méritos numa obra que, a ter sido publicada, constituiria um «monumento de glória» à botânica. Mas, o próprio percurso cultural e social de Mariano Veloso no Reino também proporcionou evidentes motivos para a «reconstrução da memória» que dele se fez. De facto, sem nunca ter abandonado os conhecimentos que trazia dos fazendeiros de Minas, com especial enfoque para os de Vila Rica, o contacto e a sociabilidade que soube manter com a elite intelectual brasileira na Corte, valeram-lhe uma auréola de mito fundador da Nação brasileira.

A sociabilidade estabelecida entre os futuros «pais fundadores» do Brasil independente passou, como vimos, pelas edições sob responsabilidade directa de Mariano Veloso. Entre prelos, traduções, anotações, podemos imaginar também um fervilhar de debates apaixonados sobre como fazer adaptar ao Brasil as ideias contidas nos textos agraristas traduzidos; debates provavelmente acompanhados de um sentimento de revolta contida por apenas ser permitido efectuar edições em Portugal. Esta faceta, de brasileiro naturalista e editor,

---

<sup>64</sup> «Sua Magestade he servida que V. Mce entregue ao Padre Frey Joze Marianno da Conceição Vellozo aquelles volumes da sua excellente Florae do Rio de Janeiro, que elle lhe for pedindo, que actualmente se achão no Depozito do Real Jardim Botanico, e que ajude com os seus estimaveis concelhos ao mesmo sabio Religioso no trabalho que vai emprehender para a Edição da sua Obra, e que Sua Magestade dezeja auxiliar, preparando assim para o futuro o publicarem-se todas as Plantas que se vão recebendo dos Seus vastos Dominios» Palácio de Queluz, 27 de Abril de 1797; D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o Dr. Domingos Vandelli (Livro De Registo dos Decretos, Portarias, Avisos, e outras Regias Determinaçoens, que baixão ao Real Jardim Botanico, Laboratorio Chimico, Musêo, e Casa do Risco (1791-1810), Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, Inv. N.º 55). Também nesse mesmo ano circularam ordens para que os conventos da ordem dos capuchos, no Brasil, colaborassem com a plantação e posterior envio de espécies vegetais inventariadas na obra velosiana (Cf. José de Saldanha da Gama, *ob. cit.*, 1869, pp. 172-173).

<sup>65</sup> Carta de Domingos Vandelli a Casimiro Ortega (26 de Dezembro de 1792), Arquivo do Real Jardim Botânico de Madrid, I, 20, 7, 2.

marcou a sua imagem para a futura historiografia do Brasil independente, sendo Veloso associado à fundação de dois espaços científicos institucionais: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e a Sociedade Velloziana (1850)<sup>66</sup>. É, pois, no âmbito da arqueologia das ideias que nos parece vital inserir a imagem de um herói da cultura científica brasileira, entronizada pelo Instituto Histórico e Geográfico.

A *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnografico do Brasil*, no 4.º trimestre de 1868, dedica um importante contributo biográfico a José Mariano da Conceição Veloso<sup>67</sup>, de modo a enaltecer as suas qualidades intelectuais, sobretudo como naturalista, ao mesmo tempo que proporciona aos leitores brasileiros uma visão global das suas publicações e da importância de ter dirigido a tipografia do Arco do Cego. A imagem biográfica que aqui se encontra construída procura inserir os naturalistas de Minas Gerais na galeria das grandes personagens brasileiras que, na transição do séc. XVIII para o séc. XIX, souberam, e puderam, contribuir para o desenvolvimento do Brasil, nomeadamente do Brasil científico.

O facto de o Instituto Histórico e Geográfico lhe ter dedicado, no intervalo de dez anos, duas biografias de rasgado teor apologético revela a importância que este naturalista-editor-tradutor assumiu para os construtores da memória e da história no Brasil. A partir deste discurso biográfico estabeleceram-se as coordenadas miméticas para apresentar a figura de José Mariano Veloso à opinião pública, associando-o ao mitificador panteão de intelectuais que, nascidos na colónia brasileira, contribuíram para a preparação cultural de um tempo de independência e de autonomia no concerto das nações sul-americanas e europeias.

---

<sup>66</sup> Maria Margaret Lopes, *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, 1997, pp. 128 e segs.

<sup>67</sup> José de Saldanha da Gama, *ob. cit.*